



DECLARAÇÃO

1. Suspeições de extrema gravidade levantadas por deputados da maioria e ex-membros do Governo sobre irregularidades que terão eventualmente ocorrido no processo de privatização da ENACOL, desencadearam uma onda de interrogações no País, deixando aos cidadãos cabo-verdianos a ideia de que pode estar em perigo a imagem de Cabo Verde e a seriedade das suas instituições, bem como alguma inquietação quanto à transparência e lisura de todo o processo de privatizações.
2. Um comunicado do Governo sobre o assunto nada esclareceu, limitando-se a identificar os referidos deputados como pessoas de má-fé. Na verdade o Governo não avançou um único dado de fundamentação e esclarecimento e até agora não respondeu às informações solicitadas pelos parlamentares, como é seu dever. Pelo contrário, as notícias veiculadas apontam para a tentativa de coartar a liberdade de informação no País, o que constitui um atentado ao regime democrático. O Grupo Parlamentar do PAICV repudia veementemente qualquer tentativa do Governo de condicionar a liberdade de imprensa. O PAICV encoraja todos os jornalistas a não se deixarem intimidar e a resistir às pressões.
3. Não é a primeira vez que são trazidas a público suspeições sobre os processos de privatizações, as quais avolumaram-se na opinião pública quando começaram a ser corroboradas por ex-membros do Governo e por altos responsáveis do Estado. O PAICV defendeu na altura da aprovação da Lei de privatizações que deveria haver uma Comissão Nacional das Privatizações eleita pela Assembleia Nacional. A nossa proposta foi recusada pelos deputados da maioria e pelo Governo, que agora se vê a braços com uma situação que põe em causa a transparência e credibilidade do processo.
4. O Grupo Parlamentar do PAICV considera que é indispensável e urgente um esclarecimento cabal deste caso da ENACOL no Parlamento, que é a instância primeira de legitimação dos actos da governação, de modo a que o processo de privatizações em Cabo Verde deixe, definitivamente, de estar sob constante suspeita de delapidação do património público. Assim, o Grupo Parlamentar do PAICV considera que o Governo deve vir urgentemente ao Parlamento prestar todos os esclarecimentos necessários para o resgate da credibilidade e da honorabilidade das instituições do Estado de Cabo Verde.

Praia, aos 25 de Maio de 2000